

JORNAL DO FÓRUM

Uma publicação do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Estaduais do Paraná - março de 2012

Melhoria dos Serviços Públicos e Valorização dos Servidores



26 de abril: grande mobilização!

- Caminhada e panfletagem
- Concentração em frente ao Palácio
- Visita à Assembleia Legislativa

Participe das plenárias na sua região:

22/03 - Guarapuava 29/03 - Londrina
23/03 - Cascavel 30/03 - Litoral
28/03 - Maringá

Veja na **página 2** o que Beto Richa está fazendo com o Paraná.
E ainda: como os sindicatos de servidores públicos tem reagido.

Beto Richa promete e não cumpre. Na campanha, tudo são flores, mas na prática...

pág. 3

Servidores ainda estão sem assistência à saúde. Governo sinaliza com novos modelos

pág. 4

EDITORIAL

O Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Estaduais (FES) alertou o povo do Paraná que o governo Beto Richa poderia impor retrocessos e prejuízos aos avanços e conquista da população, em especial no serviço público estadual. Previamos que o “projeto” político-administrativo a ser implantado no Paraná contemplaria privatização, precarização e terceirização do patrimônio/serviços públicos, além de afrontas às organizações sindicais e aos direitos dos trabalhadores.

Passado um ano do governo Beto Richa, o que previamos se tornou realidade.

A precarização e a terceirização dos serviços públicos se aprofundam com a nomeação de milhares de cargos comissionados

e gratificados, destinados aos apaniguados que são beneficiados com “pol-pudo” reajuste salarial. A intermediação e a exploração dos trabalhadores se aprofundam com a contratação de estagiários, serviços de asseio, conservação e vigilância, entre tantos outros. Por iniciativa do governador é aprovada a lei que possibilita a contratação precária na área de segurança pública, com os chamados policiais e bombeiros voluntários. Enfim, em cada repartição pública diminuem os servidores públicos concursados e aumentam os terceirizados apaniguados.

Por outro lado, a legislação proposta pelo governo Beto Richa e aprovada pelos deputados da base governista na Assembleia Legislativa possibilitou o aprofundamento da privatização do serviço público, seja por meio de agências, parcerias público-privadas (PPPs),

organizações sociais (OSs) ou outras formas de entrega do patrimônio público a grupos privados.

O desmonte do serviço público estadual e as ofensas aos direitos e às prerrogativas dos servidores e de suas entidades representativas ficam evidentes nos diálogos - “negociações/enrolação” - que os servidores e sindicatos fazem com o governo. Nada avança, as promessas não são cumpridas, o desrespeito às entidades é prática rotineira.

A postura autoritária e prepotente adotada pelo governo impõe aos servidores e suas entidades ir às ruas para denunciar a realidade, buscando, inclusive junto ao Poder Judiciário, a restauração dos direitos afrontados. com a constituição de vultoso passivo trabalhista que onera os cofres públicos.

Reafirmamos: os servidores e suas

entidades de representação sindical e associativa devem reagir, mobilizando os servidores e realizando lutas unitárias, respondendo às omissões e afrontas praticadas pelo governo Beto Richa. Da mesma forma, na mobilização e na luta devem reiterar à sociedade o compromisso com mais e melhores serviços públicos, sem privatização, sem precarização - enfim, sem a entrega do patrimônio do povo aos grupos privados.

Assim, o FES realizará no mês de março cinco plenárias macrorregionais e, no dia 26/04/2012, estará nas ruas de Curitiba para reafirmar que os servidores estaduais exigem respeito, dignidade, valorização, com mais e melhores serviços públicos ao povo do Paraná.

Divulguem e participem!
Vamos à luta!

Segurança: implantação dos subsídios em pauta

O Sindicato dos Investigadores de Polícia (Sipol-PR) definiu no dia 17 de janeiro a pauta de mobilizações com vistas à implementação da EC 29/2010, de autoria do deputado estadual Professor Lemos (PT), que trata da remuneração por subsídios dos policiais civis. Com auxílio do Dieese, a categoria elaborou diversas planilhas de números para refutar dados do governo e apontar o melhor subsídio para a categoria. Foram definidos atos e vigílias com a participação conjunta com entidades representativas da Polícia Militar: no dia 21 de janeiro, houve ato pelo subsídio na Boca Maldita; no dia 4 de fevereiro, houve vigília pela implementação e negociação salarial e repúdio a punição dos policiais na operação que fechou a mansão no Parolin (Curitiba) também na Boca Maldita; vigílias conjunta com a PMPR nos dias 15, 22, 23, 24 e 29 de fevereiro na frente do Palácio Iguçu. Os policiais civis também estiveram presentes em todas as lutas



Servidores da segurança insatisfeitos com o tratamento dado pelo Governo

do FES, assim como nas pautas para cobrança de novo Sistema de Saúde aos Servidor - SAS, na luta pela data-base digna, assim como no embate contra o regime de organização sociais (OSs) que significa o Estado mínimo, com a privatização dos serviços públicos essenciais. A categoria também foi veementemente em cobrar do governo uma reformulação na política de promoções para a Polícia Civil e refutar a tentativa de “economia burocrática” do Estado ao extinguir a carreira de investigador.

Saúde: em defesa dos direitos, servidores permanecem na luta

Em 2011, foram muitas as mobilizações dos trabalhadores da saúde. Em defesa do Plano de Carreiras e da jornada de trabalho a brava gente da saúde deu o seu recado ao governo: Estamos na luta e não arredamos pé! Para outras pautas, como o reajuste salarial, a correção do auxílio alimentação e a implantação da promoção atrasada, a luta foi em conjunto com os demais sindicatos que compõem o Fórum das Entidades Sindicais. Seja

qual for o governo, a única receita é a organização e a mobilização da categoria em torno de seus direitos. Nessas horas, a gente entende melhor o sentido da frase “só a luta muda a vida”. Firme em defesa do Plano de Carreira, da retomada da jornada de 30 horas, do aumento real de salário, e pela não privatização da saúde a brava gente vai mandar o seu recado dia 27 de março, às 9h, em frente ao Palácio Iguçu. Você está convidado a participar.

APP: paralisação na luta por piso e hora atividade

Os professores e funcionários de escola da rede estadual estão em intensa mobilização desde o início do ano em defesa da aplicação da Lei do Piso no Estado. A Lei 11.738/2008, que estabelece uma remuneração mínima para professores em todo o país - atrelada à carreira - e a destinação de um terço da jornada como hora atividade (tempo em expediente fora de sala para preparação do trabalho e correção de provas), não vem sendo cumprida no Paraná. Após muita luta, o Paraná destina hoje 20% da jornada dos professores para hora-atividade, mas a categoria batalha para a implementação já dos 33,3%; já o piso, reajustado pelo MEC, não é aplicado no Paraná, sendo que os salários dos professores precisariam de um reajuste de 18,67%. No dia 15 de março, os trabalhadores em educação se integraram à mobilização nacional,

convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que também reivindica a destinação de 10% do PIB na educação e na luta por melhorias na carreira dos educadores. No Paraná, os trabalhadores trazem as bandeiras de adequações na carreira dos funcionários da Educação e da criação de um novo serviço de atendimento à saúde dos servidores.



Professores exigindo respeito à lei e valorização

Servidores das IEESs mobilizados

Servidores das instituições estaduais de ensino superior (IEESs) organizados pelo Sinteemar, Sinteoeste, Sintesu, Sintespo e Assuel, após ampla deliberação, decidiram por uma paralisação no dia 14 de março, como forma de aumentar a pressão sobre o governo do Estado, que vem descumprindo acordos firmados em mesas de negociações com os servidores, relativas aos Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos docentes e técnicos. Em Curitiba, os servidores realizaram uma passeata até o Palácio do Iguçu, seguida de assembleia unificada da ca-

tegoria. Os dirigentes querem cobrar do governador Beto Richa o encaminhamento e aprovação das carreiras de docentes e técnicos. O rompimento do diálogo por parte do Executivo, a falta de apresentação de propostas concretas à categoria e a maneira como o governo vem conduzindo a educação têm provocado indignação de docentes e técnicos. Mais: sem prévio aviso e, no momento em que as IEESs estão em recesso acadêmico, o governo editou o Decreto 3.728/2012, no dia 23 de janeiro, que, na prática, elimina a autonomia universitária.

Governo Richa leva o Paraná cada vez mais longe do Estado que queremos

Em 2011, o superávit do Paraná foi de R\$ 1,39 bilhão. O governador aumentou as tarifas do Detran e da Saneapar e vendeu a folha de pagamento dos servidores por R\$ 500 milhões ao Banco do Brasil, enchendo os cofres. Além disso, Beto Richa diminuiu drasticamente a verba das universidades estaduais, no geral, em cerca de 50% no início des-

te ano. Na UEL, por exemplo, o corte chegou a 96%, mas numa reunião com os reitores o governo voltou atrás. Ao mesmo tempo, aprovou a lei das organizações sociais (OSs) que permite a contratação de organizações não-governamentais para prestar serviços públicos. Resumindo, o governo não tem interesse no Estado que queremos.

Beto prometeu e não cumpriu!



tapa-buracos. Milhares de servidores estão sem atendimento. Não cumpriu!

* Prometeu resolver o desenquadramento dos servidores que continuam sendo explorados, não recebendo remunerações compatíveis com as funções que exercem. Milhares de servidores permanecem em disfunção, enquanto colegas que prestam o mesmo serviço ganham salários bem superiores, ferindo o princípio de isonomia. Não cumpriu!

* Prometeu valorizar, recompor as perdas salariais históricas e priorizar a Segurança Pública. A maioria dos servidores de nível superior da Polícia Civil (PC) recebe salários como se tivesse nível médio. Há ainda um abismo entre os salários da cúpula da PC e os demais servidores com o mesmo nível de escolaridade: um delegado ganha cerca de R\$ 21 mil, enquanto um investigador somente R\$ 2,4 mil. Os servidores ainda sofrem com as péssimas condições de trabalho e a superlotação de presos nas delegacias. Para Polícia Militar, chegou a aprovar a contratação do "soldado voluntário", uma forma de serviço precária na qual não se garante o mínimo de direitos trabalhistas, o que certamente vai gerar mais desperdício de dinheiro público com ações judiciais. Não cumpriu!

* O Estado deve mais de R\$ 3 bilhões área da Saúde, por não ter aplicado o que prevê a EC-29, que são 12% da arrecadação anual do Tesouro Estadual. Devia e não pagou. Não cumpriu!

* Prometeu dar autonomia e valorizar as universidades estaduais. Ao invés disto, fez um corte drástico nas verbas das Instituições de Ensino Superior (IEES). Prometeu um Plano de Cargo, Carreiras e Salários e reajuste salarial de 9,61% para os professores e funcionários das IEES. Não cumpriu!

* Prometeu pagamento do benefício previsto no Decreto 7774/10 para o agente de apoio, agente de execução, de aviação e penitenciário, em três parcelas: março, abril e maio deste ano. Mas, no dia 6 de março, a Seap disse que a Secretaria da Fazenda não autorizou a despesa. Não cumpriu!

* Prometeu um novo modelo de saúde para os servidores em substituição ao SAS, no início do governo. Passado mais de um ano, ainda não temos nada concreto. Só

O Estado que queremos

Um Estado que atenda as necessidades da população e valorize os servidores públicos.

Pauta de Reivindicações Unificadas

1. Fortalecimento do Estado:

- realização de concurso público;
- repúdio à terceirização, privatização e exploração dos trabalhadores.

O governo Richa prefere as parcerias-público-privadas (PPPs), as organizações sociais (OSs), as terceirizações, a substituição de servidores por estagiários, contratações temporárias e a

multiplicação de cargos comissionados, hoje, cerca de quatro mil. E assim, a iniciativa privada vai se apoderando da estrutura do Estado e o atendimento dos serviços públicos vai se deteriorando.

Estão faltando servidores para garantir serviços públicos de qualidade.

A falta de pessoal para atender a população é um problema sério no Paraná. Para se ter uma ideia, na área do Meio Ambiente, faltam 600 servidores somente para repor as vagas dos que se aposentaram. Mas a demanda ambiental quadruplicou.

Na Segurança, existe um déficit de 1.600 agentes penitenciários. Falta contratar 735 escrivães, conforme lei aprovada na Alep, e pelo menos mais 600 para atender a demanda real.

Na Saúde, é preciso contratar 6.000

servidores com urgência. Para retomar os serviços que foram entregues aos consórcios, e ainda outros serviços que existem "na fachada", como Saúde do Trabalhador, é necessária a contratação de mais 3.000 servidores na área.

No setor de Saúde, trabalham 300 estagiários, 1.100 contratados, via Funpar, cooperativas e organizações sem fins lucrativos de direito privado e, ainda, 647 cargos comissionados, grande parte ocupada por pessoas que não são servidores de carreira.

2. Data base de 14,13%, acompanhando o reajuste do mínimo nacional

A referência de inflação para o reajuste dos servidores é o Índice de Preço ao Consumidor Ampliado (IPCA), que fechou o ano passado em 6,5%. O FES reivindica, então, os 6,5% do IPCA mais 7,63% de ganho real, o que na soma alcança os 14,13% que o governo federal está concedendo de reajuste para o salário mínimo.

O governo Richa já anunciou que

não pretende oferecer aumento de salário para os servidores acima da inflação. Diz que está sem dinheiro, no limite prudencial, enquanto o Dieese diz justamente o contrário. Para mascarar os números, o governo incluiu no cálculo do limite prudencial as aposentadorias e o Imposto de Renda, para justificar o reajuste que não quer nos dar.

3. Melhorias na ParanáPrevidência

Richa pretende mandar para a Assembleia Legislativa (Alep) o projeto de um novo plano de custeio para a ParanáPrevidência "esquecendo o passado", ou seja, deixando de saldar

a dívida que tem com a instituição e passando o ônus para os servidores com o aumento da alíquota dos ativos e a taxação dos aposentados. Veja mais na página 4.

4. Novo modelo de assistência à saúde para o servidor e Projeto de Saúde Integral aos Trabalhadores

Não implantou, até hoje, o novo modelo de saúde, que está em estudo há mais de um ano, enquanto isso os servi-

dores ficam sem atendimento. Queremos a implantação do Projeto de Lei de Saúde do Trabalhador. Leia na última página.

5. Auxílio-transporte

Várias categorias de servidores do Estado têm algum tipo de auxílio-transporte enquanto outros ser-

vidores não têm. O benefício deve ser estendido a todos que utilizam o transporte público.

TJ/PR afronta direito dos servidores

A Constituição Federal assegurou o direito de greve dos servidores públicos. O Supremo Tribunal Federal (STF) já deliberou pela aplicação da lei existente, que regula o Direito de Greve na iniciativa privada.

Entretanto, recentes e reiteradas decisões do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR), em flagrante afronta ao direito de greve assegurado aos servidores na Carta Magna, tem imposto várias restrições ao exercício do direito/dever de greve dos servidores públicos, inclusive, proibido a greve no serviço público.

Precisamos reagir já, pois aqueles

que decidem, restringem e proíbem o exercício do direito de greve, percebem vários benefícios dos cofres públicos, entre os quais se destacam: gratificações, diárias polpudas, auxílio-moradia, carros novos, plano de saúde e salários que ultrapassam os R\$ 24 mil.

Assim, fica fácil de restringir e proibir os direitos alheios. Enfim, para eles, tudo. Para os servidores, as "penas" da lei.

Frise-se que as decisões do TJ/PR não combinam com as deliberações dos Tribunais trabalhistas que reconhecem o direito de greve da classe trabalhadora.

CNJ neles!

Governo se compromete em apresentar novo modelo de saúde

Passado um ano do governo Beto Richa, a promessa de se efetivar um substituto ao SAS ainda não se concretizou

No exercício de 2011, a Comissão de Saúde do FES fez diversas reuniões com o DAS (Departamento de Assistência à Saúde), para tratar do novo modelo, das quais destacamos os principais pontos discutidos:

■ Em junho é apresentado um esboço de uma proposta de um novo modelo de saúde, que, na visão da maioria dos sindicatos que compõem o FES, contempla em grande parte as mudanças propostas.

■ O governo fez uma pesquisa online com os servidores para saber a opinião sobre o novo modelo de saúde que substitua o SAS.

■ Por indicação do FES, o DAS foi conhecer o modelo gaúcho de assistência à saúde, IPE- RS.

■ Com base na folha de pagamento dos servidores, levantaram-se os custos deste novo modelo, que será custeado pelo governo e servidores. O servidores não tiveram acesso a estas planilhas.

■ O governo discutiu com as seguradoras de saúde, entre as quais Bradesco e Unimed, o valor da cobertura intra-hospitalar (a parte mais cara do plano).

Depois de muita pressão e discussão e do limite a que chegamos nas negociações, finalmente o governo, por meio do superintendente do DAS, José Fernando Macedo, e do secretário de Administração e Previdência, Luiz Eduardo Sebastiani, na primeira reunião do ano de 2012, realizado no dia 6 de março, se comprometeram

em apresentar ao FES, no prazo de 15 dias, os vários modelos de assistência à saúde estudados e qual destes poderia ser viabilizado para os servidores do Paraná.

Sempre estivemos abertos ao diálogo, precisamos saber de fato do governo quanto custará este novo modelo. Lembrando que a parcela do governo para o custeio (estipulada em 2% da folha de pagamento) atinge mais de R\$ 190 milhões por ano.

■ Sempre estivemos abertos ao diálogo, precisamos saber de fato do governo quanto custará este novo modelo.

Com quanto o Estado viabilizará de novos recursos para custear este sistema? Ele abrangerá todas as regiões (descentralização)? O pagamento será por procedimentos feitos (prestador) e não por captação? Este plano terá maior cobertura (prótese, órtese e cirurgias cardíacas)? Os representantes dos servidores terão participação na gestão e fiscalização do novo modelo?

Convocamos todos os servidores para participar, na segunda quinzena de março das cinco plenárias regionais do FES, para discutimos a proposta do novo modelo de saúde. E no dia 26 de abril em Curitiba, a nos mobilizar num grande ato para cobrarmos o direito dos servidores aos serviços de saúde.



Foto: Denise Keim Soares

Governo em negociação promete modelos novos

FES cobra projeto de saúde integral dos servidores



Foto: Adir Nasser Junior

Professor Lemos expõe projeto aos sindicatos

O FES trabalha em duas frentes em relação à saúde dos servidores. De um lado, busca viabilizar um novo modelo de assistência à saúde, que substitua o SAS, pois os servidores que precisam de uma consulta médica ou mesmo de uma cirurgia não podem esperar e nem podem se deslocar muito longe do seu município.

A segunda frente é um projeto de saúde integral para o conjunto dos servidores. Como afirmou Elaine Rodella, dirigente do Sindsaúde, “existe um silêncio epidemiológico, pois atualmente não há dados sobre doenças decorrentes do trabalho de aproximadamente 200 mil servidores. Continuam os relatos de maus tratos e laudos descaracterizados pela perícia médica”.

Desde 2006, com a elaboração do anteprojeto de lei de Saúde do Trabalhador, o FES busca cobrar do governo a implantação de uma

política de prevenção e de promoção da saúde dos servidores. Nós, servidores, adoecemos no decorrer de nossa vida laboral, sendo isto um grande contrassenso, pois somos nós os servidores públicos responsáveis por cuidar da saúde, da educação, da segurança e de prestar os mais diversos serviços à sociedade paranaense.

Em junho de 2011, a Comissão de Saúde do FES entregou a parlamentares um anteprojeto de lei de Saúde do Trabalhador, que foi analisado e readequado para uma nova apresentação na Assembleia Legislativa do Paraná.

Nos dias 27 e 28 de fevereiro, o deputado estadual Professor Lemos (PT) expôs aos dirigentes sindicais a versão final do projeto, que vai ser apresentado no mês de março na Casa de Leis. Esperamos que todos os deputados apoiem nosso anteprojeto de lei.

ParanáPrevidência em compasso de espera

Mais de um ano se passou no governo Beto Richa e a situação da ParanáPrevidência continua sem solução. As propostas dos servidores - entre as quais a mudança do regime jurídico e o aumento dos benefícios concedidos - continuam engavetadas, ao passo que as perspectivas de ação do governo não são favoráveis, haja vista o ímpeto privatista já demonstrado.

Nada sugere que uma nova política de custeio não vá infligir aos servidores novas ou mais onerosas alíquotas, o que combatemos antes que se faça uma detalhada e ampla auditoria da ParanáPrevidência, bem como de um detalhamento dos mecanismos de compensação e reciprocidade para servidores egressos dos

demais sistemas previdenciários.

O governo ainda não forneceu uma resposta adequada à obrigação, prevista na Constituição estadual, de pagamento das dívidas com o antigo IPE e também das contribuições isentadas, surgidas com a Emenda Constitucional 20/98. Os servidores continuam a espera de uma explicação do governo sobre o cálculo das contribuições em relação ao benefício, já que haveria aposentadorias com incorporação de valores livres de contribuição.

Diante deste quadro de dúvidas e indefinições, os servidores precisam estar unidos para lutar pela ampliação de benefícios, fim dos rombos e por uma gestão transparente, democrática e racional do fundo.